



CINCCI

IV Colóquio Internacional

sobre o comércio e cidade: uma relação de origem

Uberlândia, 26 a 28 de março de 2013

## O mercado público em Belém: arquitetura e inserção urbanística

*The public market in Belem: architecture and urban insertion*

Celma CHAVES

Dra. em Teoria e História da Arquitetura; professora PPGAU/UFPA

[celma@ufpa.br](mailto:celma@ufpa.br)

Ana Paula Claudino Gonçalves

Bolsista de Iniciação Científica

[anapaula\\_20cg@hotmail.com](mailto:anapaula_20cg@hotmail.com)

### Resumo

O desenvolvimento de mercados públicos na cidade de Belém, a partir da construção do primeiro mercado coberto em 1867, constitui-se de importante objeto de análise. Este artigo expõe os estudos iniciais sobre alguns desses mercados no que se refere às suas tipologias arquitetônicas, e sua inserção no espaço urbano. O estudo realizado até aqui considera a pertinência de analisá-los como equipamentos urbanos relevantes para a formação da cidade de Belém, por meio da construção de um percurso histórico de sua gênese e desenvolvimento, e de sua provável contribuição para o crescimento das áreas onde se instalaram.

**Palavras-chave:** mercado público. Belém. Tipologias e inserção urbanística.

### Abstract

*The development of public markets in the city of Bethlehem, from the construction of the first covered market in 1867, it constitutes an important object of analysis. This article sets out the initial studies on some of these markets in terms of its architectural typologies, and their integration into the urban space. The study so far considers the relevance of analyzing them as urban facilities relevant to the formation of the city of Belem, through the construction of a historical genesis and its development, and its likely contribution to the growth of the areas where installed.*

**Keywords:** Public market. Belém. Typologies and urban insertion.

## 1 Introdução

Os mercados nas cidades de colonização hispânica e portuguesa, como é o caso de Belém, tiveram sua implantação, em geral, nos mesmos padrões das cidades europeias, inicialmente um espaço aberto, onde múltiplas atividades se desenvolviam. A partir de meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, os mercados cobertos sucedem as praças de mercados ao ar livre – as feiras – para finalmente serem substituídos, na época contemporânea, pelos espaços abertos de muitas cidades européias, as ruas comerciais de pedestres ou os centros comerciais fechados (GUARDIA & OYON, 2010).

No Brasil a origem dos mercados está nos espaços abertos das cidades coloniais, no mesmo padrão das cidades portuguesas. Nas freguesias, as atividades se desenvolviam a partir da igreja, que dominava o espaço urbano e determinava as atividades cotidianas da população, fossem estas sociais, econômicas ou religiosas. Neste sentido, em torno do edifício religioso, se desenvolviam as atividades econômicas, as trocas e as feiras, barracas alinhadas a céu aberto, geralmente atividades destinadas aos negros. Embora não se possa determinar o surgimento do núcleo de povoamento como definido pelos espaços de mercado, mas sim da construção religiosa (MARX, 1991).

As relações entre as diversidades tipológicas e a estrutura do seu entorno oferecem elementos para a compreensão destas tipologias em sua contribuição para os processos de organização e transformações físico-espaciais da cidade e sua arquitetura (WAISMAN, 1972), e para situar as diversas expressões construtivas que os mercados públicos apresentam ao longo do tempo na cidade de Belém.

Estabelece-se assim uma investigação sobre a constituição de padrões arquitetônicos adotados e sua relação com a escala da cidade, abordando o tema dos mercados tanto a partir do estudo de seus elementos arquitetônicos, como também de sua inserção na estrutura urbana, visto que, em seus múltiplos significados no espaço da cidade, os mercados podem ser objeto de análises variadas, como um observatório privilegiado da arquitetura, da cidade e da sociedade onde se implantaram (GUARDIA & OYON, 2010).

Nossa abordagem neste artigo entrelaça as concepções historiográficas que traça a micro-história: entender a importância dos mercados em um contexto em que se “ênfatizam as contingências e autonomia das formas culturais”<sup>1</sup> (tradução nossa), ao tempo em que se contemplam alguns episódios que contribuíram e definiram os padrões formais, de localização e de linguagem arquitetônica que apresentam estas edificações. Buscamos na cidade e suas formas materiais, bem como nos sujeitos que foram os artífices de sua concretização, recuperar os diversos significados de suas histórias.

Neste caminho, a cultura arquitetônica se revela na construção de um discurso histórico, que frequentemente não está isento das rupturas e dos vaivens próprios da construção historiográfica. Pressupõe “a liberdade de interpretação que significa, também, um ato construtivo que, às vezes, reivindica a destruição de uma ordem preexistente, tendo em vista a composição de novos campos semânticos” (PIZZA, 1999, p. 37). Tal construção pode expressar-se como uma narração crítica dos fatos de uma perspectiva de multiplicidade e complexidade. A compreensão dos fatos

acontecidos pela via de uma construção narrativa e interpretativa permite-nos considerar a história como uma multiplicidade de ideias, de movimentos, um mosaico de situações. A história como narrativa não está contraposta ao discurso crítico. Torna-se cúmplice de um entendimento que não exime o sentido de pluralidade, mas tampouco trabalha das diversidades que ocultam os processos singulares e seus conflitos internos.

Se o ponto de partida dos fatos históricos é a efetiva participação das ações do homem, do modo como criam e recriam os meios e as formas de sua existência social, a narração da história nos oferece sugestivas imagens, que compõem as interhistórias, atravessando tempos e espaços, gerações e o caráter particular do ser humano. Como nos afirma Bloch:

“Detrás das características sensíveis da paisagem, das ferramentas ou das máquinas, detrás dos escritos aparentemente mais frios e das instituições aparentemente mais distanciadas dos que as criaram, a história quer apreender os homens. (...) Quem não o obtenha, não passará jamais, no melhor dos casos, de ser um operário manual da erudição.” (tradução nossa) (BLOCH, 1992, p: 25).

## **2 Gênese e desenvolvimento dos mercados públicos em Belém.**

A fundação da cidade de Belém em 12 de janeiro de 1616 deu-se a partir da construção de um fortim de madeira (Viana, 1909; Cruz 1945), denominado forte do Presépio e depois forte do Castelo, em um promontório mais elevado, separado por um curso de água onde desembocava uma espécie de pântano, chamado inicialmente de Juçara. No início do século XIX, este pântano, já denominado de igarapé do Piry, foi aterrado, e sua foz se transformou na doca do Ver-o-Peso. Esta área logo transformada em importante entreposto comercial uma vez que se encontrava no ponto de entrada e saída de embarcações que penetravam na região pelos rios Amazonas e Guamá (LEITÃO & RODRIGUES, 2011, p: 4), não poderia ser mais propícia para a instalação de um lugar de abastecimento e de trocas.

Este fato foi se configurando com a concessão da primeira légua patrimonial em 1627 pelo Governador e Capitão General do Maranhão e Grão Pará Francisco Coelho de Carvalho à Câmara de Belém. Então, faltavam os recursos necessários para o desenvolvimento dos serviços públicos administrados pela referida câmara. Os membros da Câmara de Belém endereçaram ao Rei de Portugal, uma representação datada de 18 de julho de 1687, pedindo-lhe a concessão do tributo do haver-o-peso (CRUZ, 1945). A resolução que precedeu a assinatura da Provisão é datada de 16 de março de 1688, e em 21 de março de 1688, o rei de Portugal assinou a Provisão Régia pela qual concedia a Câmara de Belém a renda do HAVER-O-PESO:

“[...] Hei por bem, e Me apraz QUE HAJA o dito HAVER-O-PESO, por ser conveniente a meu serviço, pra que se não embarquem sem despacho as DROGAS que saem daquela conquista e de conceder aos oficiais da Câmara da Cidade de Belém do Pará, o rendimento do dito Haver-o-Peso para os usos necessários dela, e bem público da Cidade na forma que tem as rendas que administra [...]” (CRUZ, 1945, p. 229).

Considera-se que o primeiro mercado da cidade de Belém tem sua origem nesta antiga casa do Haver-o-Peso, a Mesa Fiscal “onde eram pagos os impostos a que estavam sujeitos os gêneros trazidos para a sede da Capitania” (CRUZ, 1973, p: 107), em meados do século XVII. Baena *apud* Cruz (1973, p: 107) nos informa que esta casa se localizava nas proximidades do alagadiço da Juçara, denominado posteriormente alagado do Piry, na esquina da antiga Rua dos Mercadores. Este local indicado por Baena coincide com a área onde hoje se localizam os dois principais mercados de Belém: o de Peixe (Ver-o-Peso), e o de Carne (Mercado Municipal). A Rua dos Mercadores foi a espinha dorsal ou o eixo de desenvolvimento de Belém no século XVII, e mais particularmente no século XVIII.

Em 1847 o contrato de arrendamento chegou ao fim e a “Casa de Haver o Peso” foi demolida. (CRUZ, 1973, p: 237). Escolhe-se o local para a edificação de um mercado, que estaria situado na área onde se localizava a antiga Praça do Pelourinho, local apropriado, de vocação comercial, encontrando-se ali, antes do mercado ser erguido, uma feira que comercializava frutas, verduras e hortaliças.

No século XIX, nos momentos iniciais da exploração da borracha, o governo determinou a elaboração da planta e orçamento de um novo cais, com 748m de extensão e 50m de largura, no qual se faria modificar sete novos quarteirões, que poderiam receber 40 boas casas de comércio<sup>2</sup>. A construção de espaços próprios para a comercialização de produtos fazia-se necessária à medida que a cidade crescia.



Figura 1: Plano do Pará, 1830. Indicado no círculo 1. Área dos mercados do Ver-o-Peso e Municipal; 2. Área onde seria construído o mercado de Sta. Luzia  
Fonte: Col. Vitorino Chermont



Figura 2: Feira no largo do Convento dos Mercedários. Sec XVIII.  
Fonte: Mateucci (1999, p.43)

Considera-se então, como antecedente do mercado coberto, a primeira feira livre em Belém, de pequena proporção, que ocorria nas imediações do Forte do Castelo (antigo forte do Presépio), próxima ao local onde hoje está a feira do açaí e a atual Doca do Ver-o-Peso. Depois, em pontos estratégicos, outras foram surgindo à medida que a cidade se expandia, como a de Santa Luzia, que, ao que tudo indica, deu origem ao local que hoje é o mercado coberto do mesmo nome (Fig. 1).

Do mesmo modo, a que ficava na Rua do Açougue em frente ao Convento dos Mercedários, como registra a aquarela de J. J. Codina retratando-a, no final do Século XVIII (Fig. 2). Nesta área (atual Gaspar Viana) também se localizava um

antecessor do mercado coberto de carne em Belém. O açougue era privado e prestava apenas uma pequena parte dos serviços e oferta de mercadorias que os mercados ofereciam.

Reporta-se ao ano de 1852 como aprovação e início da construção do primeiro Mercado Público na cidade de Belém (BAENA, 1969, p: 181), hoje conhecido como Mercado de Carne. Na área do centro histórico da cidade, localiza-se o Mercado de Ferro, também denominado de Mercado de Peixe do Ver-o-Peso, construção autorizada pela lei municipal nº 173, de 30 de dezembro de 1897 e construído a partir de projeto de Henrique La Rocque, iniciada no ano de 1899 e inaugurado em 1901 (CRUZ, 1945). A implantação desses dois Mercados certamente contribuiu para o adensamento da área do bairro da Campina, e para a complexidade das atividades que passaram a se desenvolver tanto no mercado coberto, na feira e na área comercial do seu entorno.

O crescimento da cidade, para a área em direção ao limite da Primeira Léguas Patrimonial ensejou a implantação de novo vetor de transporte para facilitar a circulação dos produtos agrícolas procedentes do interior do Pará. Cria-se então, a Estrada de Ferro Belém-Bragança. No Largo de São Braz, no bairro do mesmo nome, foi construída sua estação central, cujas imediações foram ocupadas por uma feira livre em 1883. Nesse momento, a economia da borracha começava a expandir-se e permitir o desenvolvimento de políticas que iriam culminar na administração de Antonio José de Lemos, o intendente municipal, que juntamente com o governador Augusto Montenegro, iria iniciar entre 1900 e 1908, uma gestão compartilhada da administração municipal e estadual, que possibilitaria a execução de projetos grandiosos de expansão urbana e arquitetônica na cidade<sup>3</sup>.

Em 1909 é feita a encomenda ao arquiteto italiano Filinto Santoro, que conclui projeto e construção em dois anos. Em 1911 o mercado é inaugurado, depois de episódios que mostravam as associações entre o poder político e o poder profissional, e que deixavam explícitos os motivos da escolha dessa tipologia, de suas formas e localização. O desenlace de sucessivas ações de favorecimento ao seu construtor foi a destituição do intendente em 1912.

Em outros momentos da história da cidade, observam-se os espaços ocupados por mercados cobertos e feiras livres que tiveram e continuam tendo grande importância para o desenvolvimento urbano. Entre estes se encontra o mercado e feira de Santa Luzia, de construção executada na década de 1930, espaço que já era utilizado desde o início do Século XIX, como comprova a cartografia do período (figura 04). Esta década marca outro momento de modernização da cidade, ideologia que o governo central difunde nas capitais do país, e que em Belém foi implementada pelas sucessivas administrações de Magalhães Barata e José da Gama Malcher até 1945.

Neste período constroem-se os mercados da Pedreira, do Jurunas e do Porto do Sal na Cidade Velha (fig. 05), que apesar das suas reduzidas dimensões, somam-se à sua área de abrangência, portos e feiras, e podem ter contribuído também para o ordenamento e adensamento da cidade.

### 3 O mercado público: tipologias e sua inserção no espaço da cidade

O desenvolvimento de novas tipologias arquitetônicas a partir do século XVIII possibilitou a estruturação de novos espaços para o desenvolvimento das atividades de abastecimento alimentício das populações urbanas. Estas novas construções se constituíram em referências de modernidade na cidade industrial. Entre as tipologias criadas no processo de desenvolvimento da arquitetura industrializada, durante o século XVIII e início do século XIX, a dos mercados era a única que já existia à qual nos remete às primeiras tendas dos mercados romanos (PEVSNER, 1978), posteriormente aos mercados das cidades medievais, seja nas feiras dos espaços extramuros, nas portas da *cit * – inicialmente espaço de práticas mercantis e religiosas - ou nos espaços multiusos das *plazas* interiores.

Essa transi o ao mundo industrial vai dar passo aos espaços edificadas em ferro e vidro de inícios do século XIX, nas emblemáticas constru es do *Convent Garden* de Londres (1830) e o *Les Halles* de Paris (1853). Estas tipologias constituíram-se também em marcos do desenvolvimento urbanístico e arquitetônico, contribuindo para a forma o e organiza o espacial das cidades europeias naquele momento. Os estudos específicos sobre os mercados cobertos como tipologia surgem na Europa, especialmente a partir de meados do século XVIII, com a ideia de espaço público e de equipamento, estreitamente vinculados, na França, a um “saber urbano”, a um discurso e práticas urbanísticas (GUÀRDIA & OYÓN, 2010, p: 79).

Em Belém, no final do século XIX e início do XX, ocorre um processo de expansão e moderniza o da cidade impulsionada pela economia da borracha. No período de 1897 a 1912, no auge de sua exporta o, ocorrem as mudanças mais profundas. A cr nica da época retrata com grande fidelidade este momento, ao mesmo tempo de mudanças rápidas, mas de fugaz dura o.

Durante o período em que a região assiste   expansão econ mica, o espaço da cidade caracteriza-se pela est tica própria do positivismo da nova burguesia, novos edifícios construídos - palacetes, sede de bancos, escritórios, institui es públicas se modernizam. O interesse da administra o pública pelo embelezamento da cidade refletiu na constru o de várias obras públicas com materiais importados, sobretudo o ferro.<sup>4</sup>

  neste período que as tipologias dos mercados são incorporadas   paisagem cidadina. O uso do ferro em estruturas metálicas ou elementos decorativos, aliados às novas concep es espaciais e formais desses novos equipamentos urbanos, configuraram novos percursos tanto no desenvolvimento da cidade, dirigindo-a para o norte, contribuindo para a expansão do bairro da Campina, como na concep o da arquitetura pública do período, dotando a cidade de “modernas” edifica es.

A caracteriza o preliminar dessas edifica es considera a categoriza o de Waisman (1972) em tipos funcionais, estruturais e formais, evidenciando sua pertinência para analisar os mercados em Belém. As rela es entre as diversidades tipológicas e a estrutura do seu entorno histórico, são tratados sob a perspectiva da história urbana e da história da arquitetura, para compreender este fato urbano (ROSSI, 1966) em suas diversas expressões arquitetônicas ao longo do tempo, permitindo-nos conhecer as varia es tipológicas que se sucederam na cidade como

vetores das transformações ocorridas tanto na escala edilícia, como na morfologia da cidade.

A afirmação da linguagem técnica, estética e funcional na arquitetura do ferro dos três principais mercados de Belém, enfatiza um legado tipológico, que estudados à luz das categorias de Waisman (1972), acompanhando as dinâmicas da própria cidade, aplicam-se tanto para verificar suas transformações, como suas permanências em funções e simbolismos culturais. As transformações são observadas nas contínuas alterações a que foram submetidas essas edificações, bem como em sua obsolescência, em desativação e refuncionalização improvisada, como é o caso do mercado de São Brás. Nessa perspectiva, as novas formas de abastecimento alimentício derivadas da implantação dos novos espaços comerciais na cidade – supermercados e centros comerciais - contribuíram para inverter o papel polarizador do bairro que neste caso, era exercido pelo mercado.

As novas tipologias construtivas do Mercado de Ferro e a remodelação entre 1904 e 1907 do Mercado Municipal, adotadas no período da modernização da cidade na intendência de Antonio Lemos (1897-1912) e no governo de Augusto Montenegro (1900-1908), assumiram especial relevância para a configuração de uma nova imagem para a cidade.

O Mercado Municipal (Fig. 3 a 6), de construção original em pavimento térreo, sofreu o acréscimo de um pavimento na reforma empreendida por Lemos e realizada pelo engenheiro Francisco Bolonha. Mencionado por Antonio Lemos em seu relatório de 1906, a reforma iniciada em 01 de agosto de 1904 e concluída em 30 de setembro de 1905, ilustra a disposição do intendente em dotar esta construção dos melhoramentos técnicos e estéticos então em voga:

“Tencionava eu inaugurar todos esses melhoramentos a 7 de setembro. Mas, em consequência de não ter havido tempo de instalar os materiaes importados da Europa (...). Vou frequentes vezes examinar essas obras, que já transformaram o velho e desgracioso edifício n'uma construcção de sóbria elegância em que a esthetica e a solidez foram com rigor attendidas.”(LEMOS, 1906, p: 122).

A descrição de Dr. João Coelho, engenheiro fiscal das obras internas do Mercado Municipal, das quais é concessionário o engenheiro Francisco Bolonha, extraída do Relatório de Antonio Lemos (1908), constitui-se de preciosa contribuição para o conhecimento de sua caracterização construtiva na ocasião de sua construção:

...”Estes pavilhões são de construcção elegante e sólida e todos ladrilhados de mosaico; tem armação de ferro, com vasto abastecimento de água, possuindo balcão de marmore, com cinco gavetas, duas destinadas ao producto das vendas e três a guardar os utensílios e roupas dos trabalhadores. (...) Os compradores serão servidos pelo varandim externo que corre ao longo dos pavilhões. A fim de poderem ser fiscalizados dum só golpe de vista, estão separados um dos outros os talhos por simples gradis de ferro” (LEMOS, 1906, p: 21).

A reforma adaptou a estrutura colonial do mercado ao neoclássico exterior, dotando o interior de quatro pavilhões de ferro fundido, em estrutura metálica da fábrica Duntton C<sup>a</sup> da Inglaterra, e coberturas em vidro (LEMOS, 1906, p: 124).



Figura 3. Mercado Municipal logo após construído.  
Fonte: Relatório Antonio Lemos (1906, p. 126)



Figura 4: Mercado Municipal reformado.  
Fonte: Relatório Antonio Lemos (1906, p. 126)

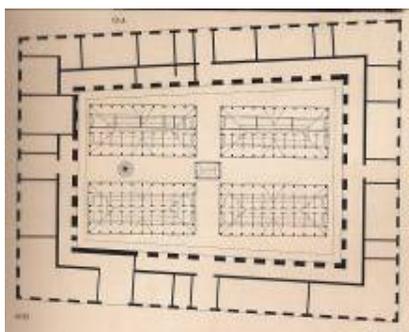


Figura 5: Planta do Mercado Municipal  
Fonte: Silva (1986, p.78)



Figura 6: Interior do Mercado Municipal  
Fonte: Celma Chaves (2012)

É relevante apontar o impacto destas edificações como fenômenos arquitetônicos na paisagem da cidade e em suas formas de interagir com seu entorno histórico. A inclusão de um novo pavimento no edifício do mercado municipal, e a construção posterior do Mercado do Ver-o-Peso em 1909, provocaram mudanças no perfil da orla, integrados ao *boulevard* que surge com o aterramento da área que originou o porto de Belém no final do século XIX<sup>5</sup>.

Este mercado (Fig. 7 a 10) foi implantado na área onde desembocava o igarapé do Piry e atribui-se a sua construção aos engenheiros Bento Miranda e Raimundo Viana. Foi inaugurado em 1901, em plena efervescência da riqueza da borracha. Possui tipologia de mercado coberto em estrutura de ferro e lanternin. No seu interior organizavam-se as bancas de talhos de peixe, em forma retangular, um corpo homogêneo e simétrico, com quatro torres laterais. Segundo o conhecimento comum local, as peças do mercado foram trazidas dos Estados Unidos e Bélgica, no

entanto a procedência da estrutura metálica ainda está por ser comprovada (SILVA, 1986, p: 55).

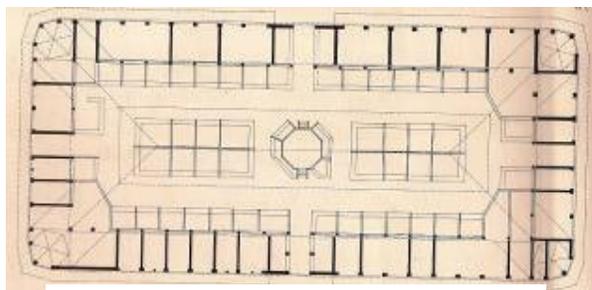


Figura 7: Planta do Mercado do Ver-o-Peso  
Fonte: Silva (1986)



Figura 8: Interior do Mercado do Ver-o-Peso, na época de sua inauguração.  
Fonte: Relatório Antonio Lemos (1906)



Figura 9: Mercado do Ver-o-Peso nos anos 50  
Fonte: domínio público



Figura 10 Mercado do Ver-o-Peso no início do século XX  
Fonte:  
[www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias](http://www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias)

As ações de melhorias urbanas no centro histórico consolidariam o bairro da Campina como concentrador do comércio local. Frente a isto, Lemos tomou como medida a construção de um mercado na localidade do bairro de São Braz, com o objetivo de descentralizar a atividade comercial de alimentos do mercado do Ver-o-Peso, criando desta forma, um novo centro de distribuição.

O projeto deste novo mercado foi encomendado ao engenheiro italiano Filinto Santoro. Este arquiteto, formado pela Real Academia de Nápoles, chegou ao Pará por volta de 1900 onde realizou várias obras e influenciou na elaboração de novas leis urbanas e arquitetônicas, sendo o projeto do mercado o último executado por ele na região. Santoro apreciava o uso de novas tecnologias, fato evidenciado na dualidade antigo/moderno presente no mercado. Para compor o mesmo, os recursos tecnológicos vieram revestidos pela forma clássica (DERENJI, 1998).

No conjunto a solução proposta configurava-se como um prédio de simetria clássica, com uma larga esplanada frontal da qual partia uma importante avenida. Na parte posterior os prédios e acessos de serviços serviriam para o recebimento de mercadorias por porto e por via férrea. Sem dúvida uma combinação de fatores

favoráveis na forma de uma concepção clássica de implantação de prédio monumental unida a um inteligente manejo das possibilidades de exploração econômica do mesmo (DERENJI, s/d, p:3) (Fig.11 e 12).



Figura 11: Mercado de São Braz  
Fonte: Ana Paula Claudino (2012)



Figura 12: Mercado de São Braz nos anos 60  
Fonte:  
[www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias](http://www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias)

No que se refere às técnicas de construção pode-se observar um direcionamento inovador quanto ao uso de estruturas metálicas, assim como a adoção de lajes em tijolo e ferro, razões que contribuiriam para a rapidez da construção. A utilização do ferro nas construções expressavam ao mesmo tempo as inovações técnicas e as formas pitorescas e os elementos decorativos e sinuosos do *Art Nouveau* (DERENJI, s/d, p:7).

A observação cronológica das imagens que mostram a construção e as transformações no entorno deste mercado, comprovam a importância de sua tipologia e localização como elemento estruturante desta área do bairro, onde confluem três importantes artérias viárias, e onde foram erguidas edificações significativas como linguagem arquitetônica, uma praça e um monumento comemorativo de valor histórico e cultural para a cidade. As formas do mercado e suas dimensões tornaram-se emblemáticas na cidade, e mesmo com a perda de sua função original a partir da década de oitenta, permanece como ponto focal para a concentração de atividades econômicas e culturais no seu entorno.

No centro histórico de Belém, no bairro da Cidade Velha, lugar de matrizes coloniais e ecléticas, foi erguido em 1933, o mercado do Porto do Sal (Fig. 13). Na época de sua inauguração, o comércio local era intenso naquela área, tendo impacto sobre a economia da cidade por influência do porto existente, ponto de entrada do sal para ser beneficiado na cidade.



Figura 13. Mercado do Porto do Sal  
Fonte: Celma Chaves (2012)

Construído no governo de Magalhães Barata (1930 – 1935) e do prefeito Gama Malcher (1933 -1934), o projeto é de Ricardo Schimandek, um engenheiro de ascendência alemã que se encontrava em Belém nas primeiras décadas do século XX. Possui estrutura de concreto armado, material ainda escasso na Belém da década de trinta. Sua fachada de traços mourísticos, revela um caráter singular em relação aos demais mercados da cidade. Atende a população da Cidade Velha, comercializando produtos hortifrutigranjeiros, carnes, aves, secos e molhados e outros, que abastecem as embarcações que atracam nos portos da orla fluvial do bairro (SECON, s/d).

O mercado do Sal vem sofrendo com o processo de degradação que se desenvolve nesta área do centro histórico de Belém, na qual, o porto foi ao longo do tempo perdendo seu papel econômico, com a falta de investimento em infraestrutura, tanto no porto como em toda área adjacente, e uma das consequências foi a insuficiente política de modernização do mercado, o qual serve precariamente a população da área. No entanto é notável sua inserção e integração formal ao tecido histórico, adequando-se em escala e desenho, às remanescentes construções dos séculos XVIII e XIX.



Figura 14: Mercado da Pedreira  
Fonte: Celma Chaves (2012)



Figura 15: Mercado do Jurunas  
Fonte: Celma Chaves (2012)

Com tipologias arquitetônicas bastante semelhantes, os mercados dos bairros do Jurunas e da Pedreira, representam a influência dos precedentes modernos na

arquitetura belenense (Fig 14 e 15). Ambos apresentam características da tipologia neocolonial, linguagem identificada com a arte tradicional brasileira (SEGAWA, 1995). Em Belém, o repertório neocolonial se expressou em detalhes e elementos decorativos, apresentando influências de um repertório externo, trazido pelos engenheiros estrangeiros, alguns deles pouco familiarizados com as particularidades da arquitetura colonial ou com as expressões do ecletismo local.

As pequenas dimensões desses dois mercados, construídos para servir a dois populosos bairros da cidade, foram sendo paulatinamente modificadas com os acréscimos realizados pelas administrações, desdobrando-os em tipologias mais modernizadas, porém mantendo o padrão da linguagem original.

O Mercado de Santa Luzia (Fig. 16), iniciado durante o governo de José Malcher (1935 - 1943) e do prefeito Abelardo Condurú (1936 - 1943), foi inaugurado no dia 10 de novembro de 1943 no governo de Magalhães Barata, na gestão do prefeito Alberto Engelhard. Sua forma deriva do *Art Déco*, aliando os princípios consagrados pela tradição com a atualização tecnológica, de modo a se adequar aos novos programas, técnicas construtivas disponíveis, além da preocupação com as condições climáticas locais.



Figura 16: Mercado de Santa Luzia

Fonte: Celma Chaves (2012)

No Mercado de Santa Luzia de pequenas dimensões, é possível perceber o escalonamento de planos, equilíbrio volumétrico, predomínio dos cheios sobre os vazios e um elemento vertical que se sobressai, em um jogo compositivo no qual se destaca a sobriedade do *Art déco*. Após sua inauguração na década de 1940, passou por reformas em 1965 e 1990, que resultou em uma reorganização dos boxes, provavelmente com modificações em sua distribuição original. A tipologia deste mercado constitui-se de dois pequenos pavilhões interligados por uma passarela em concreto, nos moldes dos mercados cobertos, configurando-se estruturalmente também em concreto armado. Deveria atender originalmente à população de quatro bairros distintos, o que se observa não ser possível, por sua exígua dimensão. A construção de grandes supermercados nas suas proximidades veio, portanto suprir essas demandas.

## 4 Considerações finais

A partir dos estudos realizados, comprovamos as transformações de caráter funcional e também simbólico ao longo do tempo nos mercados públicos em Belém. Funcionalmente, passaram de um lugar de trocas diversificadas, em sua primeira construção - o mercado municipal inaugurado em 1867 - para um lugar de trocas especializadas, com a inauguração do mercado de peixe do Ver-o-Peso em 1902, e a especialização do primeiro na venda de carne. Entretanto, a consolidação da feira livre no entorno do mercado de peixe, estabeleceu uma correspondência inequívoca deste último, não somente com os processos de abastecimento, mas com a dinâmica sociocultural da cidade.

Por um lado, o mercado do Ver-o-Peso e seu entorno com a feira e o porto, tornaram-se lugar de tradição e da cultura local onde se vende quase tudo, de ervas medicinais a uniformes de times de futebol. É um espaço das diversidades que sustenta seu funcionamento econômico, bem como, na acepção de Hobsbawn (1997), legitima as “tradições inventadas” como símbolo de coesão social, como legitimador das instituições e coletividades que ali trabalham e constroem seus modos de vida.

Por outro lado, a obsolescência dos mercados face às outras formas de abastecimento é evidente não apenas em Belém, mas em outras cidades brasileiras. As tecnologias empregadas no sistema de higienização dos espaços e de acondicionamento de alimentos, não foram acompanhadas nos mercados, tornando-os poucos atraentes para o consumidor. Este é o caso do mercado de São Brás, cuja função foi historicamente perdida, principalmente com o surgimento dos supermercados em seu entorno, passando a abrigar atividades variadas nos últimos trinta anos, sem consolidar-se em nenhuma delas. Perderam-se também nas sucessivas reformas, as características arquitetônicas originais, apagando de forma indelével, muitas marcas de sua historicidade.

A arquitetura dos mercados abordados neste artigo caracteriza-se por variações tipológicas em seu conjunto, configurando grupos de edificações que estão intrinsecamente relacionados a contextos distintos da história urbana de Belém. Nos mercados centrais, mais antigos, expressam-se as inovações técnicas, de materiais e de programa arquitetônico, congruentes com a abundância material que a economia da borracha permitia e com as ações e concessões de “apreciáveis benefícios” (Derenji, s/d, pag. 4) de parte do intendente Antonio Lemos ao engenheiro e construtor da obra, o italiano Filinto Santoro, no caso do mercado de São Brás. Este que foi o terceiro e último mercado de grande porte a ser construído na cidade, demarca os contornos claros entre a cidade finisecular e a aquela que herdaria a desestruturação desta mesma economia, e só poderia erguer mercados de programas modestos e arquitetura de elementos simplificados, mais de três décadas depois.

Na Belém contemporânea, os mercados como lugares de abastecimento de variados gêneros, se defrontam com vários problemas comuns aos de outras capitais, como as novas exigências dos consumidores, novas formas de organização do espaço, novas demandas por salubridade, organização e logística, e as novas dinâmicas urbanas em desenvolvimento. A pesquisa ora em desenvolvimento,

busca reconhecer e recuperar o mercado público em Belém como “equipamento urbano” (GUÀRDIA & OYON, 2010, p: 279) em seu sentido mais amplo, tal é a importância que tiveram e têm no desenvolvimento histórico da cidade.

### 3 Agradecimentos

<OMITIDO PARA REVISÃO CEGA>.

### 4 Referências

BAENA, A. L. **Compêndio das Eras do Pará**. Belém: Coleção Amazônica, Série José Veríssimo/UFPA, 1969.

BLOCH, Marc. **Introducción a la historia. Breviarios**. Ed. Fondo de Cultura Económica, Madrid, 1992.

CASTRO, F. F. de. **A cidade sebastiana. Era da borracha, memória e melancolia numa capital**. Belém: Ed. do autor, 2010.

CRUZ, E. Belém. **Aspectos geo-sociais do município**. Rio de Janeiro: José Olímpio, vol. 1, 1945.

CRUZ, E. **História de Belém**. Belém: Coleção Amazônica, Série José Veríssimo/UFPA, 1973.

DERENJI, J. **O Mercado de São Brás**. Disponível em <http://ebookbrowse.com/mesa-2-2-jussara-derenji-pdf-d64735966> s/d.

FILGUEIRAS, B. S. C. **Do mercado popular ao espaço de vitalidade: o Mercado Central de Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

GUÀRDIA, M. B. y OYÓN, J. L. Introducción. Em: **Hacer ciudad a través de los mercados: Europa, siglos XIX y XX**. Barcelona: MUHBA - Institut de Cultura, 2010.

HOBSBAWN, E. Introdução. Em: HOBSBAWN, E. & RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-22.

LEITÃO, W. M. **Ver-o-Peso: estudos antropológicos no mercado de Belém**. 2010. Belém: NAEA/UFPA. p.103-131.

LEITAO, W. M.; RODRIGUES, C. I. **Mercado do Ver-o-Peso, Belém**. In: XI Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, CONLAB. Salvador: UFBA, 2011.

LE MOS, A. J. de L. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém**. Belém, 1905 a 1908.

MURILHA, D.; SALGADO, I. **A arquitetura dos mercados públicos. Tipos, modelos e referências projetuais.** *Arquitextos*, São Paulo, 12.138, Vitruvius, nov 2011, <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.138/4113>>.

PEVSNER, N. **Historia de las tipologias arquitectónicas.** Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1980.

PIZZA, A. **La construcción del pasado.** Celeste Ediciones, Barcelona, 1999.

PINTAUDI, S. M. **Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana.** *Scripta Nova. Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales.* Barcelon: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (81). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-81.htm>>

SARGES, M. de N. **Belém: Riquezas produzindo a Belle Epoque (1870-1912).** Belém: Ed. Paka-Tatu, 2000.

SECON. **Histórico das feiras de Belém.** Belém, s/d.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990.** São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, G. G. da. **Arquitetura do ferro no Brasil.** São Paulo: Ed. Nobel, 1986.

WAISMAN, Marina. **La estructura histórica del entorno.** Ed. Nueva Visión: Buenos Aires, 1972.

---

<sup>1</sup> ALMANDOZ, Arturo. Notas sobre historia cultural urbana. Una perspectiva latinoamericana. *Perspectivas Urbanas/Urban Perspectives*, Barcelona, 2002.

<sup>2</sup> Conselheiro José Bento da Cunha "Relatório", 16/V/1 869, pag. 8. citado por PENTEADO, Antonio Rocha. O sistema portuário. Universidade Federal do Pará, Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, 1973.

<sup>3</sup> DERENJI, Jussara. Mercado de São Brás. Comunicação em congresso. s/d. pag. 01.

<sup>4</sup> SARGES, 2000; FONSECA, 2000; MALHEIROS, 1996.

<sup>5</sup> HOMOBOÑO, Fabiano *et al.* Urban forms and buildings interfering with the fluvial – historic look to the edge of the city of Belém do Pará: interventions, the pillory and the Municipal Markets (1753-1904). *Anais do PNUMA*, 2012.